



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0181092-8

AGRAVANTE: SEVERINA MARIA DE MELO

AGRAVADA: COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – INCUMBÊNCIA DO AUTOR DE PROVAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEU DIREITO – AUSÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO (PROBATÓRIA) DA CAUSA DE PEDIR ESPECÍFICA: POSSE DO AUTOR E ATO DE ESBULHO (PELO RÉU) – INCABÍVEL A OPOSIÇÃO DE EXCEÇÃO DE PROPRIEDADE – RECURSO PROVIDO – DECISÃO UNÂNIME.

1) Para conceder-se a liminar de reintegração, haveriam de estar presentes os requisitos do art. 927, sendo que é ônus da autora comprová-los. A invocação do título de domínio, sem manifestar-se acerca da exteriorização dos poderes inerentes a tal (fruição, gozo, disposição e uso), não a desincumbe de seu ônus processual.

2) Das alegações de construção irregular em área de sua propriedade, sobressai, considerando o contexto de carência de provas acerca dos requisitos do art. 927 do CPC (posse da autora e esbulho da ré), que aquela, conquanto proprietária, não deu ao imóvel destinação condizente com sua função social, relegando-o, ao revés, ao abandono.

557
4

124

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do agravo de instrumento nº 0181092-8, em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso de agravo de instrumento nos termos do voto do relator, declarando-se, ademais, em consideração ao efeito expansivo deste julgamento, prejudicado o agravo regimental de nº 0181092-8/01 (julgamento em 05 de novembro de 2009).

Recife, 05 de novembro de 2009,


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

Presidente e Relator



125 / 546
Qu

SEXTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0181092-8

AGRAVANTE: SEVERINA MARIA DE MELO

AGRAVADA: COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO:

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por **SEVERINA MARIA DE MELO** contra decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Paulista, que, nos autos da **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE** – processo nº 231.2008.005585-4 –, concedeu liminar, *inaudita altera parte*, determinando a expedição do competente mandado de reintegração de posse.

Em suas razões, fls. 02/10, requereu, de logo, a agravante o benefício da justiça. Em seguida, argüiu, em breve síntese, que a decisão merecia reforma, sob o argumento de que a autora/agravada não comprovava ser detentora da posse do bem em comento, tampouco demonstrara o alegado esbulho praticado, nem teria podido, já que a agravante reside no imóvel há mais de três anos, conforme notícia escritura de cessão e transferência de direitos de posse, fls. 15/17, razão pela qual não poderia ser despojada do mesmo. Aduziu ainda que a agravada intentara pedido de reintegração de posse demonstrando titularidade do imóvel, sem contudo fazer prova da alegada posse sobre tal.

Pugnou pela concessão de liminar, a fim de ser atribuído efeito suspensivo ao recurso em foco. Por fim, requereu o seu provimento.

126
o
v4:
Re
Em decisão interlocutória às fls. 34/36, deferiu-se o pedido de liminar, suspendendo-se a eficácia do mandado de reintegração de posse determinado pelo MM. Juiz de Direito. Contra tal interpôs-se agravo regimental, proc. nº 0181092-8/01, autos em apenso.

Devidamente intimada, a agravada apresentou contra-razões, fls. 47/54, afirmando que, para a concessão de liminar no juízo de origem, satisfizera os requisitos necessários, tendo a agravante realizado construção irregular em seu imóvel sem o seu consentimento. Disse ainda ser imprestável juridicamente a cessão de direito acostada por aquela, além de esta nunca ter exercido posse sobre tal bem: ao contrário, haveria aí apenas tentativa de construção irregular. Isto dito, pediu fosse revogada a liminar antes concedida, mantendo-se a decisão prolatada no juízo de origem.

É O RELATÓRIO.

Considerando tratar-se de agravo de instrumento, a não ensejar revisão, inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 06 de outubro de 2009.

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

127
557

SEXTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0181092-8

AGRAVANTE: SEVERINA MARIA DE MELO

AGRAVADA: COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO:

Senhores (as) Desembargadores (as),
Senhor (a) Procurador (a),

Trata-se de ação de reintegração de posse, em que a autora/agravada pretende haver para si área que, segundo expõe em suas contra-razões, teria sido objeto de construção irregular (invasão) pela agravante. Aduz não ter havido posse desta sobre aquela ou de quem lhe teria supostamente cedido os direitos de posse.

Na decisão de fls. 34/36, concedi pedido de liminar *inaudita altera parte*, suspendendo os efeitos do mandado de reintegração de posse expedido pelo juízo de origem. Nessa ocasião, considerei ausentes, diante do conjunto probatório, os requisitos constantes no art. 924, CPC, que dariam ensejo àquele. Tenho que os argumentos da agravada não modificam tal entendimento.

Com efeito, incumbe ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito (art. 333, I, CPC). Em ações possessórias, há de estar configurada a causa de pedir específica a tais: o exercício da posse do autor e o ato de esbulho (pelo réu) que o privou daquele. É dizer, não se discute aqui questões petitórias, relacionadas ao domínio. Este é estranho ao âmbito das possessórias.

Para conceder-se a liminar de reintegração, tal como procedeu o MM. Juiz, haveriam de estar presentes os requisitos do art. 927, sendo que é ônus da autora comprová-los. Esta, em sua

128/55
argumentação, limitou-se a invocar o título de domínio, sem manifestar-se acerca da exteriorização dos poderes inerentes a tal (fruição, gozo, disposição e uso). Sem provar sua posse, a autora, não se desincumbindo do ônus processual, apenas argüiu que a réu não a exerceria.

Nesse sentido de ausência de elementos hábeis a demonstrar sua posse (anterior), traz a autora aos autos cópia de processos outros em que figura como parte quem teria cedido seus direitos de posse, culminando, na cadeia de cessões realizadas, como cessionária daqueles a ré/agravante. Em tais processos, desponta fora de dúvidas a visibilidade do domínio da sra. Laudicéia da Silva – sobre área que, antes da cessão aludida, abarcava a que ora se discute: constam impostos (sobre a propriedade rural) pagos, certidão de cadastro do imóvel junto ao INCRA, ofício deste assim declarando, tudo a confirmar sua presença irrefutável por mais de décadas.

Por outro lado, apenas há alegações do autor de que houve construção irregular em área de sua propriedade. Disto sobressai, considerando o contexto de carência de provas acerca dos requisitos do art. 927 do CPC (posse da autora e esbulho da ré), que aquela, conquanto proprietária, não deu ao imóvel destinação condizente com sua função social, relegando-o, ao revés, ao abandono.

Apelação Cível. Reintegração de Posse julgada improcedente. Bem Imóvel. - Em reintegração de posse, devem ser atendidos os requisitos do art. 927, II, do CPC. É ônus do autor comprová-los. Não demonstração de posse anterior. Direito real de habitação assegurado pelo art. 1831 do NCC. Declaração de propriedade que é defesa em sede de ação possessória e incompatível com o previsto no art. 922 do CPC. Tal declaração é objeto de ação própria, de Usucapião. Recurso a que se dá parcial provimento nos termos do art. 557, §1º-A do CPC. (TJRJ - 2009.001.37725 - Apelação - Des. Sérgio Jerônimo A. Silveira - Julgamento: 30/07/2009 - Nona Câmara Cível)

AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE CUMULADA COM PERDAS E DANOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA POSSE ANTERIOR E DA PRÁTICA DE ESBULHO. INCONFORMISMO DO AUTOR. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE DEMONSTRA QUE O RÉU É O POSSUIDOR DO IMÓVEL. PROPRIETÁRIO SEM POSSE NÃO É TITULAR DO IUS POSSESSIONIS E, PORTANTO, NÃO TEM DIREITO À POSSE. A ATUAL REDAÇÃO DO ARTIGO 1210, § 2º, DO CÓDIGO CIVIL SEPULTOU DE UMA VEZ POR TODAS DO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO A DENOMINADA EXCEÇÃO

129
53
/

DE DOMÍNIO, DE MODO QUE EM AÇÃO POSSESSÓRIA NÃO SE DISCUTE O DIREITO DE PROPRIEDADE. AUSÊNCIA DE PROVA, OUTROSSIM, DOS REQUISITOS DO ARTIGO 927 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE, POIS O APELANTE INSISTE NA TESE DE QUE NÃO SE DEVE DAR A POSSE A QUEM NÃO FOR PROPRIETÁRIO. SEGUIMENTO DO APELO NEGADO NA FORMA DO ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. (TJRJ, 2009.001.12103 - APELAÇÃO - Des. Marco Aurélio Bezerra De Melo - Julgamento: 11/05/2009 - Décima Sexta Câmara Cével)

Tudo somado, tenho que não estão presentes os requisitos autorizadores da concessão da liminar deferida pelo juízo de origem.

Isto dito, voto pelo provimento do recurso interposto, confirmando a decisão interlocutória, fls.34/36, antes prolatada, para revogar o mandado de reintegração de posse expedido contra a agravante, declarando, ademais, em consideração ao efeito expansivo do julgamento deste recurso, prejudicado o agravo regimental de nº 0181092-7/01 (autos em apenso).

É como voto.

Recife, 05 de Novembro de 2009

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator